

## Onde começa a história

Os acontecimentos, os fatos, o cotidiano, as vidas vão passando e se não lhes damos sentido caímos na desventura dos que não sabem aonde ir. A história é um feixe de possibilidades em horizontes de retrovisor. O reconhecimento de pontos históricos referenciais, como centros de energia da memória, oferece os por quês das trajetórias de civilização. Conhecer o dono da voz que nos embala em conceitos sociais, culturais e políticos é a melhor forma de ficarmos preparados para a tão propalada condução do destino que nos importa.

Pensamos e agimos segundo os valores que assimilamos. Dessa simbologia depende a nossa autoconfiança e, por sua vez, o sentimento coletivo de derrota ou de vitória. Adotar os marcos do colonizador é assumir a orientação que nos mantém colonizados. Quem se ajoelha em demonstração de aspiração de ser o outro, vê tudo maior e mais difícil de alcançar. A falta de um norte ancestral de emancipação resulta neste determinismo cheio de descrenças, deixando sem resposta as tensões entre o indivíduo, a sociedade e os poderes públicos.

O maior referencial cearense de integração cultural aparece no romance *Iracema*, de José de Alencar, publicado em 1865. Nele, uma bela índia tabajara dos lábios de mel, sacerdotisa de Tupã, morre literalmente de paixão pelo colonizador branco. Conscientes ou não, seguimos a sina narrada por esse encanto amoroso cravado em nossas raízes nativas. Isso contribui para um problema estrutural que legitima o discurso dominante a reproduzir seus choques civilizatórios iniciados há cinco séculos. *Iracema* acende o fogo da hospitalidade, satisfazendo a fome e a sede do estrangeiro, com boa caça, farinha-d'água, frutos silvestres, favos de mel, vinho de caju (mocaroró) e abacaxi (ananá).

Depois de informar que se chama Martim, o amante de *Iracema* revela com orgulho que tem o sangue "do grande povo que primeiro viu as terras de tua pátria". Com o guerreiro branco ela tem o filho Moacir, o primeiro cearense miscigenado, que vai embora com o pai. Depois, numa alegoria entre a lenda e a realidade, Martim (Soares Moreno) retorna para tornar-se o fundador do Ceará, em 1611. Temos nestas imagens os primeiros ícones da nossa fundação. Um que chegou antes pela visão fantástica da oralidade e o outro instalado pela versão da historiografia oficial. Muitos outros momentos carregam essa força definidora do nosso caráter.

Dentro das demarcações focadas a partir do olhar do colonizador, algumas datas eventualmente são lembradas, tais como fevereiro de 1500, quando Vicente Pizón teria descoberto o Ceará; 1535, ocasião em que houve a criação da Capitania do Siará, doada a Antônio Cardoso de Barros, como um dos quinze lotes que formavam as doze capitanias hereditárias, divididas pela coroa portuguesa; 1603, ano que Pero Coelho inaugura a primeira bandeira exploratória no Ceará; e a ocupação de Martim Soares Moreno, em 1611. O calendário histórico indica ainda 1621, como a incorporação da Capitania do Siará ao Maranhão e Grão-Pará e 1656, ano de anexação à Capitania de Pernambuco.

De 1604, no tempo em que aconteceu a resistência local à invasão de Pero Coelho, na Ibiapaba; a 1884, quando o Ceará, antes de todos os demais estados brasileiros, aboliu a escravidão, passando pelos ataques dos nativos às missões jesuítas e pela participação do Ceará na Confederação do Equador, em 1824, muitas datas podem ser realçadas estimulando-nos a levantar a cabeça na construção do futuro. A bem da verdade, a movimentação da sociedade em torno dos marcos históricos suscita em si novas necessidades de interpretações. Mas temos uma data histórica que deveria ser o chacra da emancipação social no Ceará, que é o ano de 1799.

O que aconteceu de tão importante neste ano? Ora, nada mais nada menos do que a nossa independência definitiva de Pernambuco. Mesmo com governadores nomeados pela

monarquia, o Ceará passa a partir desta data a ter vida política própria. São pouco mais de duzentos anos e nesse pequeno espaço de contextualização existencial e histórica já produzimos uma contribuição espetacular para a formação do Brasil. Que o digam os beneficiários das obras de José de Alencar, Rachel de Queiroz e Patativa do Assaré (literatura e poesia), Clóvis Bevilacqua e Paulo Bonavides (direito); Padre Cícero e Dom Helder Câmara (religiosidade), Raimundo Cella e Antônio Bandeira (artes plásticas), Alberto Nepomuceno, Humberto Teixeira e Eleazar de Carvalho (música), Capistrano de Abreu (história), Dragão do Mar e Tristão Gonçalves (cidadania), Delmiro Gouveia, Luís Severiano Ribeiro, Luís Carlos Barreto, José Macedo e Edson Queiroz (empreendedorismo), Aderbal Freire-Filho (teatro), Luciano Carneiro e Chico Albuquerque (fotografia), Chico Anysio, Renato Aragão e Tom Cavalcante (humor), Florinda Bolkan e Luísa Thomé (cinema e televisão).

Sem esquecer o filho de Iracema e Martim, na condição de primeiro cearense mestiço, precisamos referendar o desligamento de Pernambuco como a base de um discurso articulado e contundente na demarcação das nossas vontades, a fim de que possamos inserir o sujeito cearense em nós mesmos e romper com a compulsória mentalidade de colonizado. Chega de nos olharmos de fora para dentro, de modo pitoresco como um navegante estrangeiro descobrindo curiosidades. Precisamos estabelecer um diálogo entre o hábito tradicional e uma nova maneira de nos vermos. Só assim tornaremos o passado uma plataforma de impulsão do presente e não um grilhão que nos mantém presos à submissão sequaz. A configuração da nossa emancipação social começou um dia desses. Se dermos vez ao estica e puxa hiperbólico da imaginação, conseguiremos fugir dessa linearidade histórica. O processo de evolução da cidadania necessita desse cruzamento de ondas, de ventos contrários e de um ponto de partida capaz de honrar o nosso sentido de destino.